de Deus em resposta à oração e súplica do crente. Nosso autor distingue nesta oração três partes:

9,1-6: súplica direta;

9,7-12: motivos pessoais de Salomão;

9,13-18: reflexão e súplica do autor.

Na primeira secção, a oração está cheia de alusões criacionais: a criação do universo, do ser humano, o domínio dado ao ser humano. Nosso autor assinala que, a propósito, o domínio do mundo deve realizar-se no âmbito da santidade e da justiça. E assim se explicita a vontade de Deus no contexto de uma tradição mais antiga, que não o deixava inteiramente claro. É assim que não se suplica por uma ajuda da Sabedoria, mas pela Sabedoria divina em pessoa, como elemento necessário para o bom governo. No fim, Salomão se reconhece como servo e fraco, e portanto necessitado da sabedoria de Deus, para levar adiante o projeto de governar com justiça.

A seguinte secção é apresentada por Pereira como uma perícope delimitada pela expressão "teu povo" (v. 7 e v. 12), o que produz uma estrutura de inclusão. Ao mesmo tempo se passa da primeira parte, onde o tema é o chamado universal a toda a humanidade, para uma segunda parte, onde se apresenta o chamado concreto a Salomão. Ser rei e juiz são as funções que Deus deu a Salomão, que ficam confirmadas na oração e expressam a confiança de que suas obras, especialmente a construção do Templo, serão bem recebidas por Deus.

A terceira parte contém uma linguagem mais identificada com o real autor alexandrino do que com o autor semiótico, isto é, Salomão. Começa com perguntas retóricas que não precisam de resposta. Expressam um sentir típico da literatura sapiencial: que a Sabedoria pertence a Deus, é inacessível, e somente Ele é o verdadeiro Sábio. Pereira conclui ressaltando que o texto afirma que só com esse reconhecimento as ações dos homens serão retas e chegarão à salvação.

Finalmente, é de destacar que nosso autor apresenta sua própria tradução do texto original grego. Ele segue o texto publicado na "Bíblia Vozes" em 1982, do qual é o tradutor deste livro, assim como dos demais livros deuterocanônicos, e assinala que incluiu correções próprias a partir da investigação mais recente e do trabalho exegético. Esta característica – de oferecer uma tradução própria para cada comentário – é elogiável e deveria ser continuada em toda a coleção. Uma boa tradução é já um trabalho exegético e hermenêutico que, sendo bem lido, diz bastante sobre o sentido de um texto e abre boa parte de suas possíveis leituras.

Pablo Andiñach
do ISEDET – Buenos Aires

BRIGHT, John. *A History of Israel.* Fourth edition, with an Introduction and Appendix by William P. Brown. Louisville, Kentucky: Westminster John Knox Press, 2000, 533 p.

A "História de Israel" de John Bright, publicada em 1959, foi considerada uma obra de leitura agradável, um modelo atualizado e respeitado da ciência bíblica norte-americana. Foi uma obra que provocou, durante ao menos duas décadas, um grande impacto nos estudos bíblicos. Traduzida para várias línguas, sua influência se fez sentir em Escolas de Teologia, Universidades e Igrejas. A tradução brasileira, promovida pela Editora Paulus, foi feita a partir da segunda edição original revisada (1972).

No prefácio da segunda edição revisada, diante do extraordinário progresso das descobertas arqueológicas, Bright promete uma "revisão completa de todo o livro". No prefácio da terceira edição revisada, Bright diz que sentiu necessidade de rever o texto de sua História de Israel, para colocá-lo a par do progresso das descobertas, que têm sido muito rápidas nos últimos anos, para que o livro continue sendo útil.

Ele percebe que, sobretudo no que diz respeito aos períodos mais antigos da História de Israel, "quase tudo parece ter sido novamente colocado em questão". Assim, a origem dos patriarcas, o sistema tribal, a tomada da terra e os inícios da monarquia eram questões em que havia um consenso, mas agora, na opinião de Bright, há um caos. Por isso, na terceira edição revisada, atualiza as notas de rodapé de acordo com a mais recente bibliografia, mas considera ainda prematura uma revisão completa dos primeiros capítulos de sua História. As alterações têm sido maiores, sobretudo no cap. 4 (*A constituição e a religião de Israel primitivo: A liga tribal*), onde algumas afirmações foram mais bem precisadas ou alteradas, algumas secções foram inteiramente re-elaboradas ou até acrescentadas, como o item A: "O problema e o método de proceder".

No entanto, as recensões críticas da terceira edição da História de Israel de Bright não são unânimes quanto ao alcance de tal revisão. Há quem considere a revisão muito tímida, uma simples maquiagem, insuficiente para atualizar esta importante obra (assim John Van Seters, *Journal of Biblical Literature*, 102, 1983, p. 293-294). Bright é acusado de não acompanhar as discussões sobre os inícios da história de Israel. Por exemplo, mesmo que seja mais cauteloso diante das descobertas arqueológicas, ainda continua confiante no valor histórico do livro de Josué. Não fala mais de "anfictionia", mas ainda mantém suas afirmações sobre uma liga sagrada das doze tribos no período dos juízes. Outros consideram que a revisão, embora não seja muito radical, foi até mais ampla do que o próprio Bright admite (assim Joseph Jensen, *The Catholic Biblical Quarterly*, 44, 1982, 477-478). De fato, os avanços do conhecimento histórico e arqueológico lançaram um grande ceticismo entre os pesquisadores sobre a historicidade dos relatos bíblicos. Bright tem consciência disso e faz uma revisão considerável dos capítulos que dizem respeito ao período anterior à monarquia (cap. 1–4). Contudo, no meio do conflito, mantém corajosamente suas posições defensivas. Mas sua tendência em favor da historicidade não o leva a aceitar sem crítica as tradições bíblicas.

Bright veio a falecer em 1995. O sucesso de sua obra, que na sua primeira edição chegou a vender cem mil exemplares, fez com que ela fosse traduzida na Alemanha, na Espanha, na Coréia, na Indonésia e no Brasil. O sucesso de sua História deve-se à facilidade com que ele trata da Escritura, da arqueologia e da história do Médio Oriente. Ele soube tratar de modo sério a formação teológica de Israel. Sempre considerou a fé de Israel como um fator determinante na formação de sua identidade histórica. A

importância que dá à fé de Israel mostra sua convicção que a história constitui a arena da revelação e da teologia. A força desta História de Israel está no fato de o método de Bright provocar a reflexão teológica a partir do campo da pesquisa histórica.

Entende-se, por isso, que seja lançada uma quarta edição da obra de Bright. O que ela tem de novo em relação à terceira edição revisada? Ela é editada por William P. Brown, professor de Antigo Testamento no Union Theological Seminary (Virgínia), na mesma universidade onde estudara John Bright e onde fora por longos anos professor. Nesta nova edição, a revisão da obra de Bright se faz da seguinte forma: conserva-se o texto da terceira edição revisada, com sua estrutura geral e conteúdo, mas com dois acréscimos importantes. O primeiro é uma "Introdução à História de Israel de John Bright" (p. 1-22), na qual Brown descreve a formação e a figura de Bright, o método que ele usa na sua História de Israel, seu esforço por atualizar a obra frente ao veloz progresso das descobertas arqueológicas e conseqüentes discussões da crítica histórica e, por fim, o núcleo central da História de Bright (teologia, aliança). O segundo acréscimo é "Uma atualização na pesquisa da História de Israel" (p. 465-485), onde Brown aponta para as diferenças entre a maneira de escrever a História de Israel do tempo de Bright e dos dias de hoje e procura concluir a obra de Bright tratando brevemente "os períodos da história em que o próprio Bright estava engajado, isto é, a pré-história e as origens de Israel, bem como sua passagem para a monarquia".

Para entender as posições de Bright é preciso entender sua atitude diante da arqueologia como ciência. Para ele a arqueologia oferece apenas "uma evidência circunstancial, um testemunho indireto para o passado de Israel" (p. 5). Ele mesmo assim se descreve: "De minha parte, não estou entre aqueles que tendem a zombar da reverência pela Escritura ou que levianamente ridicularizam a historicidade de suas tradições" (p. 6). Bright enfrenta a tarefa do estudo da História de Israel sempre como um crente, particularmente, um presbiteriano, alguém que não é "nem um crédulo nem um profissional cético" em relação ao testemunho bíblico. Por isso, como historiador, ele se atém aos "fatos humanos" e, como homem de fé, vê a história de Israel também como uma história de sua fé ou religião.

Brown chama atenção que hoje, passados mais de quarenta anos, apesar das revisões feitas, acentuou-se a distância entre o texto da História de Bright e as trincheiras arqueológicas. Pode-se dizer que a arqueologia siro-palestinense ou a "nova arqueologia" desenvolveu-se tanto que chegou a cortar os laços com os estudos bíblicos (p. 465-467). A arqueologia bíblica deixou de ter uma finalidade apologética. A arqueologia da Palestina ganhou um *status* de ciência independente. A própria definição do que seja a finalidade da arqueologia bíblica deixa evidente esta mudança fundamental: para William F. Albright, a arqueologia "não pode explicar o milagre básico da fé de Israel, o qual permanece como fator único na história mundial. Mas a arqueologia pode ajudar muito para tornar o milagre racionalmente plausível para uma pessoa cuja visão não é minimizada por uma visão materialista do mundo". Para G. Ernst Wright, também a arqueologia bíblica visava buscar a "compreensão e a explicação da Escritura". Em 1994, Volkmar Fritz, porém, já define a finalidade da arqueologia de modo bem diferente: "A arquelogia bíblica, da mesma forma como a arquelogia de outras regiões, é uma ciência que se dedica a recuperar, definir e explicar a herança dos povos que antes habitaram a terra. A tarefa da arquelogia bíblica é a exploração da história e da cultura da Palestina". Discute-se hoje até que ponto a Bíblia pode fornecer informações úteis ao historiador.

À luz das novas conquistas da arquelogia siro-palestinense, agora uma ciência independente, Brown passa a rever e atualizar algumas das teses de Bright que ele próprio considerava ainda prematuro rever, isto é, no âmbito da pré-história e das origens de Israel e da passagem para a monarquia.

Concluindo o seu apêndice, Brown chama a atenção para a importância que teve na obra de Bright a relação entre história e fé (p. 482-485). De fato, embora Bright se considere antes de tudo um historiador, alguns autores insistem no seu papel de teólogo. Na realidade, Bright tratou em pequenas obras teológicas dos temas da promessa e da aliança no Antigo Testamento, mas nunca pretendeu escrever uma Teologia do Antigo Testamento. Contudo, sempre considerou a história e a fé de Israel inseparavelmente unidas na sua dinâmica. Para ele, a pesquisa histórica sempre teve fundamental significação para a interpretação e a reflexão teológicas. Duas recentes teologias do Antigo Testamento (W. Brueggemann e James Barr) consideram as realidades históricas por trás dos textos de pouca importância para o discernimento teológico. Para Bright, porém, uma teologia bíblica sem a crítica histórica seria um empobrecimento.

Como vimos, a História de Israel de John Bright passou por quatro revisões, que procuram manter o diálogo entre a história de Israel, a arqueologia e a teologia bíblica. Ela tem sido um texto amplamente divulgado entre os estudantes e exegetas de vários países, inclusive do Brasil. As revisões e atualizações a que Bright submeteu sua História de Israel ele as fez para que a obra continuasse sendo útil, servindo como manual de introdução no conhecimento da história bíblica e da religião de Israel. Infelizmente, a sua tradução brasileira, feita a partir da segunda edição, ainda não foi atualizada. Fazemos votos para que a edição brasileira tenha a mesma preocupação do autor e incorpore com urgência os acréscimos feitos para a terceira e a quarta edição original, para continuar sendo um manual útil em nossos Cursos de Teologia.

Ludovico Garmus
Caixa Postal 9023
25689-900 Petrópolis, RJ